

Então, deputado Gil, o senhor que tem uma preocupação grande com a formação não só dos seus filhos - o senhor já disse aqui neste púlpito -, mas a formação do indivíduo, e o deputado Mellão, que é do Novo, que também se preocupa com a capacitação, com a formação, acho que nós podemos ter um gesto coletivo para ajudar essa escola que passa por um momento delicado e difícil e que poderia ter uma saída importante neste momento em que a gente vive crises e mais crises na Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, nobre deputado Paulo Lula Fiorilo. Com a palavra de V. Exa., nós encerramos, neste momento, o Pequeno Expediente, já passando para o Grande Expediente.

\*\*\*

- Passa-se ao

## GRANDE EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Convido o primeiro orador, que é o nobre deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos meus colegas deputados aqui presentes no plenário, boa tarde a todos os assessores, aos policiais que tão bem nos tratam aqui na Casa, às pessoas da galeria, mas hoje eu queria me dirigir à você de casa, seu João, dona Maria.

Você, seu João, que acabou de pagar o seu IPVA, que tem ali o valor de 3 a 4% do carro que você adquiriu a tanto custo; você, dona Maria, que faz compras para a sua casa, para alimentar a sua família com o suor do seu trabalho e paga em alguns produtos, como a carne, quase 30% de ICMS, eu queria conversar com vocês. Eu gostaria de contar para vocês para onde o seu dinheiro está indo, e uma boa parte dele.

Vamos lá. Eu fico feliz de retornar a esta Casa depois de um período de quase um mês e meio de recesso, e eu sei que eu e muitos deputados continuamos trabalhando, porque o nosso trabalho não se restringe apenas a atividades parlamentares aqui dentro do plenário e para votar e aprovar projeto de lei. Nosso trabalho continua nas ruas, visitando as pessoas, entendendo os problemas e, principalmente, fiscalizando o estado.

Eu tive o trabalho, neste mês de janeiro, de fazer um levantamento in loco, conferir como o estado está gastando o nosso dinheiro. Pelo levantamento que a minha equipe, de forma muito competente, fez, eu constatei que nós temos - o estado de São Paulo, responsabilidade do Governo do estado de São Paulo...

E eu não vou culpar esta gestão, culpo todas as gestões anteriores que foram corresponsáveis por este absurdo que eu vou mostrar agora: 762 obras paralisadas.

Eu não estou falando apenas das obras que estão atrasadas não, eu estou falando das obras estão paradas. Eu nem estou mencionando aqui obras atrasadas, porque daí dobraria esse número. Sabe quanto já foi gasto nesses projetos que estão parados, uns até que já iniciaram a construção, ficando aquele esqueleto horrível ali, sujeito a invasão, sujeito à deterioração do material que foi investido lá... Sabe quanto foi gasto nisso?

Eu nem falo do custo total do projeto, eu vou falar o que já foi gasto aqui: 7 bilhões e setecentos milhões de reais. Muita gente não tem nem noção de como dimensionar isso, mas não tem problema. Eu e minha equipe fizemos um trabalho aqui, uma lista, justamente para vocês saberem o quanto vale esse dinheiro, ou seja, onde ele poderia ter sido aplicado e não foi.

Na verdade, foi jogado na lata do lixo, porque muitas obras ali não serão continuadas e não terão condições de ser continuadas. Precisamos focar nisso, precisamos apontar os responsáveis e tomar atitudes severas para que esse tipo de coisa não aconteça mais. Então, segue aqui a lista do que daria para fazer com sete bilhões e 700 milhões de reais que foram jogados na lata do lixo.

Atenção, pessoas preocupadas com a área da Saúde: a gente sabe que tem muitos municípios que não têm posto de saúde, condições mínimas de atender os seus cidadãos. Daria para comprar 43.750 ambulâncias equipadas, aquelas UTI móveis, que a gente sabe que são tão importantes no socorro e nos primeiros atendimentos que salvam vidas, com esse dinheiro que foi desperdiçado com essas obras que são, hoje, verdadeiros esqueletos.

Daria para pagar um ano de salários de 150 mil professores do estado de São Paulo. Cadê os deputados que defendem os professores do estado de São Paulo? Daria para pagar um ano inteiro do salário deles.

Daria para comprar 93.333 viaturas para a Polícia Militar. Falar aqui também aos policiais presentes. A gente sabe que a frota atual tem apenas 17.000 viaturas. Então, daria para comprar muitas vezes mais; daria para renovar mais de cinco vezes essa frota.

Daria para construir - atenção deputados ligados à área habitacional -, com esse mesmo dinheiro que foi jogado na lata do lixo, 116.000 casas populares. Jogado no lixo. Daria para construir 140 hospitais, daria para pagar todos os gastos dessa Assembleia por sete anos. Detalhe: gastos que eu já considero extremamente elevados.

Eu sei que eu, a bancada do Novo e muitos outros deputados fazem economia nos seus gabinetes; a Casa desenvolveu um valor significativo para o governo do estado com a economia dessa Casa. Ou seja, só o que se gasta, que já é um absurdo, daria para manter essa Casa por sete anos com o dinheiro que foi desperdiçado nessas obras.

Daria para pagar todos os gastos da Secretaria de Habitação por 10 anos, citando um órgão do governo do estado. Daria para pagar o salário de todos os policiais militares do estado de São Paulo por um ano com esse mesmo valor que foi jogado na lata do lixo com obra parada.

E daria para pagar, por dois anos, a estrutura inteira da Polícia Civil. Não apenas toda a estrutura, como também o pagamento do salário dos 28 mil funcionários da Polícia Civil. Ou seja, eu entendo que, para a gente poder cobrar esse tipo de atitude, a primeira coisa que nós temos que fazer é dar o exemplo.

E eu busco dar o meu exemplo, no meu gabinete, sendo responsável com a fatia de recursos públicos que me cabe. Agora, existe um mundo enorme, existe um universo imenso de desperdício no nosso estado, e é nossa tarefa como deputados fiscalizar a atuação do governo do estado.

E eu me dedicarei firmemente, esse ano, para ser cada vez mais combativo na defesa daquele que eu escolhi representar: o pagador de impostos do estado de São Paulo.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Convidamos agora o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Então, vamos lá. Estava falando do financiamento de empresas de publicidade ou propaganda ou veículos de comunicação com dinheiro público.

Então, se esta Casa aprovar este projeto de lei - e eu peço que aprove -, esse tipo de financiamento não será mais possível. Não é preconceito com essas empresas, de jeito nenhum. Mas não é para isso que serve o dinheiro público. Porque não deixa de ser uma forma de controle. Isso não é bom para a democracia.

Aí vem, no Art. 3o do projeto: “Fica vedado o uso de recursos públicos para pagar qualquer veículo de comunicação, jornalista, artista, comunicador, blogueiro, youtuber, apresentação de programa de rádio ou televisão e formador de opinião em geral, para promover agentes políticos, com ou sem cargos ou programas e realizações de governo e instituições.”

Quando uma pessoa assiste a um programa de auditório, quando ela ouve um programa de rádio, e um âncora faz um comentário favorável à política “A” ou à política “B”, à pessoa “A” ou à pessoa “B”, quem está assistindo, quem está acompanhando, acredita que aquela é a opinião daquela pessoa pública.

Porque em nenhum local está escrito: “Olha, é matéria paga, comentário pago.” Quando um âncora fala de um produto, imagina-se que tem ali um patrocínio. Quando fala de um programa de governo de uma pessoa, nós não podemos imaginar que aquela comunicação é paga.

Então, eu nunca nem pensei que isso fosse possível. Mas, as notícias são muitas no sentido de que essas contratações ocorrem. Não há uma proibição expressa. Me parece, sob o ponto de vista ético, sob o ponto de vista moral, isso já seja terrivelmente questionável.

Mas, me parece apropriado proibir de maneira categórica. Então, o Art. 3º veda que pessoas públicas que trabalhem com comunicação sejam contratadas para falar frases favoráveis à “A” ou à “B”, ao programa “A” ou ao programa “B”, e assim por diante.

Aí, nós temos o Art. 4º: “fica vedado o uso de recursos públicos para a contratação de agências ou equipes com o fim de monitorar redes sociais e avaliar a popularidade de mandatários de cargos eletivos, ou de detentores de quaisquer cargos públicos.”

Nós estamos atravessando essa discussão aqui em São Paulo, porque o governador do estado fez uma contratação milionária para que as redes sociais sejam monitoradas para saber se as pessoas o apoiam ou rejeitam.

Quando teve uma possibilidade de defender esta mesma contratação, diz que o governo Dilma também contratou, e o governo Bolsonaro mantém a contratação.

Então, não importa se é o governo Lula, se é o governo Dilma, se é o governo FHC, se é o governo Bolsonaro, se é o governo Doria, se é o governo Alckmin, se é o governo Bruno Covas, não importa qual é o governo.

Não tem sentido gastar milhões do dinheiro público para fazer monitoramento de rede para uma finalidade que não deixa de ser eleitoral. Isso sem falar na censura. Então, se é estadual, se é federal, se é municipal, nós precisamos deixar claro que isso não pode.

Porque as pessoas se indignam quando é o lado de lá que está fazendo. Eu procuro me nortear com o mesmo grau de indignação diante das ações que são inconcebíveis, não importa quem as execute.

“Fica vedado o uso de recursos públicos na contratação de show e espetáculos, bem como no patrocínio de eventos de toda e qualquer natureza. O dinheiro público deve e pode ser empregado na Cultura, no pagamento de pessoal para dar aula para as crianças carentes, para promover Cultura nas mais diversas localidades.”

Agora, tem cabimento o dinheiro público pagar artistas consagrados, pagar shows? Não raras vezes, além do dinheiro público, o artista ainda cobra um ingresso de 500 reais, 700 reais, ou mais.

Não é para isso que nós pagamos impostos. Então, se o bom senso não impera, nós temos que fazer lei.

Os recursos públicos previstos em Orçamento - eu sei que isto vai ser polêmico, mas eu vou sustentar que é o justo - quando não utilizados, devem ser devolvidos, restando proibido o pagamento de quaisquer modalidades de bônus ou prêmios a funcionários e colaboradores em geral.

A Assembleia atravessou uma polêmica grande, nós sabemos. Mas, a verdade é uma só: o que aconteceu aqui acontece em muitos outros órgãos, e não tem a visibilidade que teve aqui.

Então, nós temos que trabalhar para que essas regras sejam claras. Sobrou dinheiro, não importa qual órgão, o dinheiro é público: tem que voltar para o erário, para poder mandar para a Educação, para a Saúde, porque a situação que aconteceu na Assembleia teve visibilidade.

Aí, vem uma decisão judicial, e outra decisão judicial; mas, e nos outros lugares, que a gente fica sabendo, e por alguma razão não é noticiado?

Então, nós vamos proibir para todos. Essa é minha proposta. Os recursos de que trata o caput. Que recursos? Aqueles que sobram no orçamento, não poderão ser utilizados em comemorações de final de ano, viagens, festas ou quaisquer contratações que não estejam diretamente relacionadas ao objetivo final do órgão ou entidade.

Há muitas notícias de entidades que lidam com dinheiro público, que diziam o seguinte: sobrou dinheiro do orçamento, vamos fazer uma festa para os funcionários. Não estou falando de uma festa com guaraná e bolo, estou falando de festa com salão, com show. Espera aí, que brincadeira é essa?

Vamos patrocinar uma viagem? Dinheiro público é de todos. Essa história de dizer que sobrou, e que por isso vai fazer alguma coisa porque sobrou, não é o princípio que está na Constituição Federal, que está na Constituição Estadual, e que deve nortear o administrador público. Simplesmente não é.

Aí vêm: “as contratações realizadas em desacordo com o estatuído na presente lei, ou seja, todos esses artigos anteriores serão nulas, ficando os responsáveis obrigados a ressarcir os cofres públicos, respondendo ainda por improbidade administrativa, nos termos da legislação vigente.” Levantei muito material tratando que toda afronta ao Art. 37, que é o que proíbe gastos com publicidade, promoção, autopromoção, caracteriza improbidade administrativa.

Então, nós temos competência nesta Casa para tratar da matéria, e para fazer essa previsão de que o descumprimento dessas normativas caracteriza improbidade administrativa. Subordinam-se ao disposto nesta lei - isso é muito importante - os órgãos do Poder Executivo, os órgãos do Poder Legislativo, os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Porque existe muita visibilidade sobre os políticos, mas não são só aqueles que são eleitos que lidam com o dinheiro público. O dinheiro público é manuseado por várias entidades e vários órgãos, e estes princípios aqui têm que ser observados por todos, bem como as pessoas da administração indireta e todas as entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo estado de São Paulo e pelos municípios paulistas.

O disposto nesta lei aplica-se também às organizações sociais e demais entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos. Não tem nada que me irrite mais, quando eu recebo alguma entidade aqui, com ofício pedindo emenda - ou seja está precisando de dinheiro para sua atividade-fim, para atender a população, para exercer o seu mister - e um monte de encarte impresso com propaganda, coisa sabidamente cara, coisa de qualidade “a”. Como é que pode estar pedindo dinheiro de emenda, dinheiro público, e está ao mesmo tempo gastando com promoção?

Então, quando chegam com esses encartes valiosíssimos, pedindo dinheiro público, eu já olho com outro olhar, porque, se está sobrando dinheiro para promoção, para publicidade, é porque não está faltando para a atividade-fim. Acredito que amanhã o projeto já esteja disponível no sistema, com a justificativa.

Eu procurei fundamentar ponto por ponto. Sei que o tema é polêmico, mas o tema é importante, e ele vem ao encontro, ou seja, ele vem abraçar o interesse público. Eu fico à disposição de todos os colegas e da população em geral para esclarecer o que for necessário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedir pelo Art. 82, para que o deputado Aprigio possa falar.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Tem a palavra o deputado Aprigio por cinco minutos.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, Sr. Presidente. Fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, quanto à questão do recebimento da pensão do Sargento Ruas, eu acho que nós temos sempre que fazer um trabalho cobrando o governo, mas tem que se trabalhar em cima.

Eu fiz contato com a Secretaria de Segurança Pública, com o Coronel Camilo, e ele me mandou a informação de que chegou na quinta-feira o processo na Secretaria de Segurança Pública. Está na CJ e a previsão de pagamento é para segunda-feira, dia dez. Então eu fiz a cobrança e será pago dia 10, na segunda-feira.

É claro que demorou mais de 90 dias devido à burocracia da sindicância, que é o PL 40/2019, que os senhores ajudaram a aprovar no ano passado, que acabaria com isso.

O governo vetou e agora nós vamos trabalhar para quebrar esse veto para não acontecer mais isso. Mas agradeço ao coronel Camilo pela atenção, ao governador por ter aberto as portas da Secretaria de Segurança Pública e passar para a família do sargento Ruas que segunda-feira, dia 10, é a previsão de pagamento.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado, e parabéns pelo trabalho. Com a palavra o deputado Aprigio, pelo Art. 82, pela liderança do Podemos.

O SR. APRIGIO - PODE - PELO ART. 82 - Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença de todos, os deputados aqui presentes, a presença da galeria, dos funcionários e dizer, Sr. Presidente, que como a Dra. Janaina, a deputada Janaina estava falando, deputada, eu concordo com você que o dinheiro público tem que ter muito cuidado. Dinheiro público é do público.

Então como você disse, fazer festa no final de ano, fazer gracinha com o dinheiro público é para pessoas irresponsáveis. A gente vê muito isso, mas realmente é para pessoas irresponsáveis. Então a gente tem que acabar com isso, não fazer nem a festa com um bolinho com guaraná. É público e não é meu. Se não é meu, eu não vou mexer.

Mas eu quero também me referir aqui, Sr. Presidente, a minha cidade aqui, Taboão da Serra, que fica a 15 quilômetros daqui, e o que a gente percebe naquela cidade... Ontem e hoje eu recebi muitos telefonemas pedindo para que eu fizesse uso da tribuna e falasse sobre a cidade de Taboão da Serra, que recebeu um aumento de passagem agora no final de janeiro.

De 3,80 reais, o prefeito teve a coragem de aumentar para 4,30 reais. O pessoal não suporta esse aumento. Tanta gente que está lá, principalmente funcionários públicos que estão há mais de oito anos sem receber aumento de salário, e o maior funcionário público da cidade tem coragem de ficar oito anos sem dar aumento de salário, mas ele teve a coragem de aumentar a passagem de ônibus em 50 centavos.

O pessoal não aguenta e reclama. São muito desconfortáveis os ônibus da cidade. Passou até na Bandeirantes esses dias, passou na Globo, dizendo que se encontra todo tipo de inseto e sujeira dentro daqueles ônibus. Então não é para valer o que vale, e sem contar que é uma cidade que tem 22 quilômetros quadrados. É uma cidade muito pequena.

Tem lugar que as pessoas vão a pé porque nem compensa pegar ônibus. A cidade é pequena, por que uma passagem tão cara? E daí eu pergunto para você, prefeito: por que uma passagem tão cara, que você aumentou de 3,80 reais para 4,20 reais? Sem contar que esse mesmo prefeito fez um estelionato eleitoral quando prometeu na campanha que não ia aumentar a passagem do ônibus.

Ele disse: “Eu não vou aumentar a passagem de ônibus. Eu vou colocar aqui bilhete único. Eu vou colocar aqui na cidade passagem muito mais barata. Eu vou fazer integração com o metrô Vila Sônia” - que não existe essa integração.

E agora a gente fala: “Você não disse que não ia aumentar a passagem?”. Ele fala: “Eu não falei isso. É mentira”. Eu gostaria que o Machado colocasse uma gravação para vocês ouvirem o que o mesmo prefeito que disse: “Não vou aumentar”; agora ele aumentou.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

E agora, prefeito? O que você diz para o municípe da cidade? Aumentou ou não aumentou? Alguém está mentindo, ou você está mentindo. Está vendo como a verdade aparece?

Obrigado, pessoal.

O SR. ED THOMAS - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nesta quarta-feira o presidente Bolsonaro voltou ao tema quanto aos combustíveis. Primeiro, quero parabenizar o presidente pela atitude.

Embora os governadores não tenham gostado, não estou falando da perda de receita ou do acréscimo de receita. Estou falando do que o povo vive através dos postos de combustíveis, que é uma vergonha. Algo que ele colocou com razão.

O problema que estou tendo com o combustível, pelo menos a população já começou a ver de quem é a responsabilidade. Não estou brigando com os governadores. Quero que o ICMS seja cobrado no combustível lá na refinaria, e não na bomba.

Tudo aquilo que foi feito não chegou no combustível, no bolso do consumidor. É fácil, a gente estar culpando lá em cima o governo federal. É lógico que ele tem que fazer o gesto, e já demonstrou isso.

Isso aqui é muito verdadeiro, o que o presidente Bolsonaro colocou. É necessário ter respeito. Temos postos de gasolina que fazem as suas promoções, ou aqueles que estão pegando direito das refinarias, no que eu acharia um dos melhores caminhos. Já apresentei nesta Casa. Até porque a região de que venho, o oeste paulista, é a maior produtora de álcool.

Só que o ICMS não fica lá. Na verdade, temos 400 municípios que plantam cana e que produzem álcool. O dinheiro vai para 200 municípios que não produzem um pé de cana sequer. Há uma injustiça tributária grande. Sem falar de Paulínia, que não tem nenhum pé de cana, mas a nota sai de lá. Sai de lá.

A conversa promete. Temos PIS, Cofins, Cide. A gente não pode esquecer que foi aprovado aqui um incentivo de desconto para a aviação. Por que não para o diesel e para a gasolina? A gente não pode estar privilegiando aqueles que têm mais. De forma nenhuma. São abusivos os preços praticados neste País. Na minha cidade, Presidente Prudente, tem um posto que está vendendo muito barato, buscando o álcool direto da usina. É simples dessa forma. Simples desse jeito.

Então uso esse microfone para parabenizar o presidente Bolsonaro pela atitude, acima de tudo. Não sabemos o que vai realmente acontecer. Mas o melhor tem que acontecer para as pessoas, para o consumidor, na ponta final. E naquele que produz na indústria, com certeza, deste País.

Era esse o comunicado, Sr. Presidente.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, peço o levantamento do presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, a Presidência dá por levantados os trabalhos. E convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas.

\*\*\*

## 5 DE FEVEREIRO DE 2020

## 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidência:** GILMACI SANTOS

## RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento de emenda substitutiva ao PR 34/19, que retorna à Mesa, ficando adiada sua apreciação. Encerra a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

## ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução nº 34, de 2019, de autoria da Mesa. Dá redação ao § 12 do Art. 31 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Há sobre a mesa emenda substitutiva de Plenário com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 175, inciso II, do Regimento Interno, motivo pelo qual o projeto retorna à Mesa Diretora.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 03 minutos.

\*\*\*

## 6 DE FEVEREIRO DE 2020

## 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** CASTELLO BRANCO, GILMACI SANTOS, CORONEL TELHADA e CAUÊ MACRIS

**Secretaria:** DOUGLAS GARCIA

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CASTELLO BRANCO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência.

3 - JANAINA PASCHOAL

Discorre acerca do PL 07/20. Informa que deve encaminhar a matéria para todas as assembleias legislativas do País. Clama pela apresentação do projeto em todos os estados. Notícia o apoio do senador Major Olimpio. Comenta resposta da SAP - Secretaria de Administração Penitenciária, a ofício de sua autoria, a negar a possibilidade de imediata convocação de aprovados em concurso.

4 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Convoca, em nome da Presidência efetiva, sessão solene a ser realizada no dia 20/03, às 10 horas, para “Entrega da Medalha Theodosina Rosário Ribeiro”, por solicitação da deputada Leci Brandão.

5 - MAJOR MECCA

Informa que amanhã deve ser publicado o pagamento da indenização a familiares do cabo Gonçalves, morto em 29/04/19. Defende os direitos de policiais militares. Comenta indenização a familiares do sargento Ruas. Anuncia que o cabo Wanderley fora executado ontem, na zona leste de São Paulo. Assevera que é pela categoria policial que exerce seu mandato. Crítica o governo estadual. Lembra sepultamento do cabo Odevaldo, em janeiro. Lamenta gastos orçamentários com publicidade institucional.

6 - CASTELLO BRANCO

Informa que deve priorizar o tema Educação em projetos de sua autoria, a valorizar a liderança e a capacitação. Comenta o valor dos ensinos básico e infantil.

7 - LECI BRANDÃO

Lembra decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2018, de concessão de prisão domiciliar para presas grávidas. Crítica sentenças judiciais de São Paulo que não aplicaram o entendimento da Corte. Comenta vídeo em que policial de São José do Rio Preto imobiliza mulher grávida. Crítica a conduta do policial militar.

8 - FREDERICO D'AVILA

Crítica matéria do site G1, a respeito de mortes provocadas por policiais militares. Enaltece o trabalho da categoria, em defesa da sociedade. Lamenta a nomeação, pelo governador João Doria, de novo ouvidor da Polícia Militar. Defende a aprovação de projeto que visa a extinguir a Ouvidoria da Polícia Militar.

9 - CORONEL NISHIKAWA

Lamenta falecimentos de servidores da Segurança Pública. Defende a elaboração de projeto em benefício da categoria. Notícia inconformismo de policiais militares quanto a afastamentos de colegas, levados a efeito pelo governador João Doria. Afirma que o ouvidor não tem função acusatória nem julgadora.

10 - CONTE LOPES

Crítica o afastamento de policial militar, pelo governador João Doria, feito publicamente. Defende a atuação do policial, no exercício da função. Clama pelo apoio à categoria. Considera que a conduta do servidor de Segurança Pública deve ser analisada internamente. Acrescenta que mulher grávida não está isenta de ser presa.

11 - CORONEL TELHADA

Faz coro aos pronunciamentos de seus pares em defesa de policiais militares. Informa que hoje comemora-se o "Dia do Agente de Defesa Ambiental". Afirma que confia no novo ouvidor da Polícia Militar. Lamenta o falecimento do cabo Wanderley Oliveira de Almeida Júnior, alvejado com nove disparos. Assevera que a sociedade não se preocupa com a vida de servidores da Segurança Pública. Manifesta apoio a policial militar que imobilizara mulher. Repudia manifestação do governador João Doria sobre a ocorrência.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - DOUGLAS GARCIA

Tece comentários acerca do convênio entre governo estadual e governo federal para a criação dos colégios cívico-militares. Crítica a postura do governador João Doria, com relação ao assunto. Lamenta o pedido de impeachment contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Defende e elogia o trabalho da Pasta. Condena o que chamou de doutrinação ideológica.